

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.509.659 - SP (2019/0147547-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA
ADVOGADOS : RENE BERNARDO PERACINI - SP301729
MAURICIO FRAGOAS CALDEIRA E OUTRO(S) - SP302083
AGRAVADO : SOLIANE HASSAN UCHIDA
ADVOGADO : RICARDO VICTOR UCHIDA E OUTRO(S) - SP384513

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial, interposto por **ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO NORTE PAULISTA**, contra decisão que não admitiu recurso especial, nos autos do agravo de instrumento.

O apelo nobre, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. Penhora de verba de natureza alimentar. Impenhorabilidade. Sucessão hereditária não altera natureza do crédito. Inteligência I do artigo 1.784 do CC. Recurso provido.

Nas razões do especial, a recorrente aponta ofensa aos artigos 833, IV, do CPC/15 e 1.784 do CC Sustenta, em síntese, que a sucessão hereditária altera a natureza do crédito e, por conseguinte, é possível a sua penhora para a quitação do débito devido.

Sem contrarrazões (fl. 393, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, sob o fundamento de não ter sido demonstrada a vulneração dos dispositivos legais citados.

Irresignada, aduz a agravante que o reclamo merece trânsito, uma vez que restou demonstrada a violação dos artigos legais citados nas razões de recurso especial.

Sem Contraminuta (fl. 411, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

1. Atendidos os pressupostos de admissibilidade do agravo de instrumento.

Da análise do recurso especial, constata-se a relevância das razões deduzidas, o que autoriza a reatuação do reclamo, nos termos dos artigos 34, inciso XVI, e 253, pú. II, "b" do RISTJ, sem prejuízo do ulterior juízo definitivo de admissibilidade acerca do apelo extremo.

2. Do exposto, conheço e dou provimento ao agravo para determinar a reatuação dos autos em recurso especial, para melhor exame da controvérsia.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator